



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
QUARTA CÂMARA**

Processo nº	13807.008195/2001-91
Recurso nº	133.800 Embargos
Matéria	Contradição; Manifestação sobre matéria incontroversa
Acórdão nº	204-03.086
Sessão de	12 de março de 2008
Embargante	PFN - PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
Interessado	Bertin Ltda.

Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI

Período de apuração: 01/01/2000 a 31/03/2000

Ementa: Verificado que houve decisão *ultra petita*, há que se retificá-la para que exprima o exato alcance do que fora decidido pelo Colegiado. No presente caso, retira-se da decisão a parte referente à inclusão dos produtos NT na receita de exportação.

Embargos Acolhidos

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da QUARTA CÂMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, por unanimidade votos, em conhecer e acolher os embargos com efeitos infringentes para determinar a supressão da parte referente à inclusão dos produtos NT na receita de exportação para efeito da base de cálculo do benefício.

Henrique Pinheiro Torres
HENRIQUE PINHEIRO TORRES

Presidente

Processo n.º 13807.008195/2001-91
Acórdão n.º 204-03.086

Fls. 2

~~LEONARDO SIADE MANZAN~~

Relator

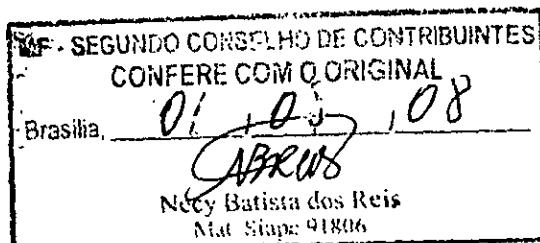
MF - SESUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília,

05/06/08

Nelly Batista dos Reis
Mat. Siape: 91896

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Júlio César Alves Ramos, Rodrigo Bernardes de Carvalho, Gilson Macedo Rosenberg Filho (Suplente), Renata Auxiliadora Marchetti (Suplente) e Silvia Brito de Oliveira.



Fls. 3

Relatório

Tratam os presentes autos de recurso voluntário interposto pela empresa BERTIN LTDA., em 15.03.2006, contra o Acórdão DRJ/CPS no. 10.631, de 08 de fevereiro de 2006, que indeferiu sua solicitação. A recorrente tomou conhecimento da decisão de primeira instância em 13.03.2006, conforme AR às fls. 1034v, o que caracteriza a tempestividade da peça recursal.

A matéria litigiosa, vincula-se ao crédito presumido de IPI, inclusive insumos e atualização monetária do litígio, conforme consta da decisão recorrida, cujo relatório, por bem retratar os fatos objeto do litígio, passo a transcrever.

"Trata-se de manifestação de inconformidade apresentada pela requerente ante Despacho Decisório de autoridade da Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária em São Paulo(936/944), que deferiu parcialmente o pedido de ressarcimento de IPI.

A contribuinte solicitou o ressarcimento de crédito presumido de IPI (fls.01/45) de que trata a Lei nº9.363 de 1996, e a portaria MF nº 38/97, no valor de R\$ 5.372.750,74, retificando posteriormente para R\$5.094.260,08 (fls. 553/554), relativamente ao trimestre do ano de 2000.

Inicialmente, o pedido foi indeferido totalmente através do Despacho Decisório de fls.668/676, contrariando as conclusões prestadas pela fiscalização na informação fiscal de fls. 657/662, resultando na anulação do referido Despacho por essa Delegacia de Julgamento (fls. 765/772). Em novo Despacho Decisório (fls. 936/944), o pedido foi deferido parcialmente, tendo sido aprovado o crédito de R\$ 4.644.417,24, e glosado o valor de R\$ 449.842,84, com base na nova informação fiscal (fls. 794/799) e nas planilhas de fls. 791/793, que ratificaram o cálculo efetivado anteriormente e explicado na informação fiscal de fls. 657/662. As retificações efetuados no cálculo constam no item 'E' da informação fiscal (fl. 661) e na planilha de fl. 654, resumindo-se na exclusão de valores de aquisições de insumos não contemplados pela legislação regente do crédito presumido: aquisições de não-contribuintes do PIS e CONFINS, energia elétrica, fretes, IPI sob matéria-prima e insumos e despesas com cargas que se referem à mão-de-obra para descarregamento de carga.

Cientificada em 14/11/2005, a postulante apresentou, em 29/11/2005, manifestação de inconformidade de fls.626/642, alegando, em resumo, o seguinte:

1. *Tem direito à aplicação da atualização monetária dos seus créditos presumidos do IPI, objeto do ressarcimento, pela taxa SELIC;*
2. *Questiona a exclusão das compras de insumos de não contribuintes da COFINS e do PIS, especialmente aquelas realizadas de pessoas físicas , por considerar que o art.1º e seguintes da Lei nº 9.363/96 não faz qualquer restrição neste sentido;*

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 01-08-08
GABRIEL

Ney Batista dos Reis

Fls. 4

3. A energia elétrica deve ser considerada no cálculo porque na indústria é um insumo aplicado na produção dos produtos exportados;

4. As matérias-primas e insumos não-tributados pelo IPI compõem a base de cálculo do crédito presumido, pois não há restrição na Lei nº 9.363/96;

5. Os fretes e despesas de carga por se constituírem em produtos intermediários devem ser incluídos na apuração do crédito presumido;

6. Os insumos importados e serviços de telefonia também devem ser incluídos, pois têm natureza de insumos e não existe restrição na Lei nº 9.363/96;

7. Questiona a exclusão da base de cálculo do crédito presumido no valor de R\$ 63.277.179,15, efetuada no item 'e' do Despacho Decisório, por ter sido considerado em dissonância com o art. 11 da IN RSF nº 69/2001.

Por fim, requer o deferimento total do pleito, desconsiderando as retificações efetuadas anteriormente.”

A decisão de primeira instância indeferiu a solicitação da contribuinte, confirmado o entendimento da DRF, não reconhecendo o direito creditório e não homologando as compensações, cuja ementa transcrevo:

"Ementa: MATÉRIA NÃO IMPUGNADA.

A matéria submetida a glosa em revisão de pedido de ressarcimento de crédito presumido de IPI, não especificamente contesta na manifestação de inconformidade, é reputada como incontroversa, e é insuscetível de ser trazida à baila em momento processual subsequente.

CRÉDITO PRESUMIDO DE IPI. INSUMOS.

Os valores referentes às aquisições de insumos de pessoas físicas, não-contribuintes do PIS/Pasep e da Cofins, não integram o cálculo do crédito presumido por falta de previsão legal.

Os conceitos de produção, matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem são os admitidos na legislação aplicável a IPI, não abrangendo as despesas com energia elétrica, fretes e serviços de carga.

CRÉDITO PRESUMIDO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA PELA TAXA SELIC. IMPOSSIBILIDADE.

Inexiste previsão legal para abonar atualização monetária ou acréscimo de juros equivalentes à taxa SELIC a valores objeto de resarcimento de crédito de IPI.

Solicitação Indeferida.”

- SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 06/08/08
Nancy Batista dos Reis
Mat. Série 91806

Fls. 5

Inconformada com o julgamento de primeira instância, a contribuinte interpôs, tempestivamente, o recurso de fls. 1035/1051, alegando, em suma, o seguinte:

1 – Acerca da aplicabilidade da Taxa SELIC, aduz:

1.1 - Que o acórdão recorrido contraria a legislação aplicável ao não garantir à Recorrente o direito de atualizar seus créditos presumidos do IPI com os índices reais de inflação.

Que sendo o montante a ser resarcido equivalente ao poder econômico do crédito presumido na data de sua geração, resultaria na equivalência, ao recompor o valor perdido durante um determinado período de tempo, efeito advindo da interpretação teleológica da Lei nº 9.363/96. Que em seu artigo 1º, a Lei concede o direito de os contribuintes realizarem a compensação tributária, que se confirmaria ainda com a IN SRF nº 21.

Quanto ao que se refere o caput do artigo 4º da Lei nº 9.363/96, o valor a ser resarcido em moeda deverá suportar a mesma incidência, por ser derivado da quantia que deixou de ser compensada.

1.2 – Como a correção monetária não se constituiu em acréscimo de valor, restando somente a manutenção do poder econômico da moeda, irrelevante seria a previsão legal expressa, tratando-se de previsão implícita a qualquer legislação de ordem econômica dos contribuintes. Junta, ainda, jurisprudência deste Conselho neste sentido.

1.3 – Alega que a Recorrente tem o direito de ser resarcida dos valores do Crédito Presumido do IPI com a incidência da Taxa SELIC a partir de 01 de janeiro de 1996. Independentemente de se tratar de resarcimento ou compensação, persistiria o direito do contribuinte de fazer uso da Taxa SELIC, visto que a legislação garante sua utilização nas hipóteses de compensação, restituição ou resarcimento, sem fazer qualquer distinção. Invoca, ainda, o Princípio da Isonomia Tributária, já que o contribuinte deve recolher os tributos em atraso com a aplicação desta Taxa. Transcreve, também, trechos de decisão deste Conselho no mesmo sentido.

1.4 – Invoca a aplicação do art. 39, § 4º da Lei nº 9.250/95 por analogia entre a situação fiscal da recuperação pretendida pela Recorrente e o instituto da compensação ao qual se sujeita aos efeitos do referido dispositivo legal.

Sustenta que mesmo que não admitida a aplicação da Taxa SELIC na condição de juros, seria aplicada a título de atualização monetária a partir de 01.01.1996 em substituição aos índices da UFIR.

2. – Afirma, ainda, que o acórdão ora recorrido merece reforma no sentido de que realizou a glosa nos valores a serem resarcidos à Recorrente nos valores relativos às compras de insumos de não contribuintes da COFINS e da Contribuição para o PIS, especialmente aquelas realizadas de pessoas físicas, visto que os artigos 1º e seguintes da Lei nº 9.363/96 jamais estabeleceram a referida restrição.

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES	CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília,	06/08/08
Ney Batista dos Reis	
Mat. Siap: 91896	

Fls. 6

3 – Solicita, também, reforma do acordão recorrido para garantir a manutenção dos valores aproveitados em relação ao recebimento dos serviços de telefonia e compras de energia elétrica, insumos importados e fretes.

Quanto à energia elétrica, aduz tratar-se de insumo utilizado para a produção dos produtos exportados a ser considerado para a apuração do crédito presumido. Respalda-se, desta forma, colacionando ementas prolatadas por este Órgão Julgador.

De igual maneira, afirma que a referida Lei garante à Recorrente a inclusão no custo total do valor das matérias-primas e insumos não tributados pelo IPI.

Quanto aos fretes e despesas de cargas diz que, por constituírem produtos intermediários na produção, devem ser incluídos na base de cálculo do crédito presumido.

4 – Alega que a decisão do Delegado da Receita Federal ao excluir da base de cálculo do crédito presumido o valor de R\$ 63.277.179,15 por ter sido considerado em dissonância com o art. 11 da IN 69/2001 merece reforma, pois a referida IN não é aplicável na apuração do crédito presumido, objeto do Pedido de Ressarcimento, sob pena de ofensa ao Princípio da Irretroatividade.

Por fim, requer:

"(i) ser garantido o seu direito ao ressarcimento dos valores com o acréscimo da Taxa SELIC, contada a partir da data de geração do direito ao crédito presumido no final do 1º Trimestre de 2000 até o efetivo recebimento do valor do ressarcimento, ou, ao menos, sucessivamente, contada a partir da data do protocolo do Pedido de Ressarcimento;

(ii) ser garantida a manutenção da apuração do crédito presumido do IPI a ser ressarcido sem glosa dos valores relativos às compras de insumos de não contribuintes da COFINS e da Contribuição para PIS, especialmente aquelas realizadas de pessoas físicas e cooperativas;

(iii) ser garantida a manutenção da apuração do crédito presumido do IPI a ser ressarcido sem a glosa dos valores relativos ao recebimento de serviços de telefonia e compras de energia elétrica, insumos importados, insumos não tributados e fretes; e

(iv) ser a exclusão na base de cálculo do crédito presumido as variações de estoque de R\$ 63.277.179,15, por não ser aplicável o artigo 11 da Instrução Normativa nº 69/2001 " (sic).

Na sessão de 29 de junho de 2006, este Colegiado deu provimento parcial ao Recurso Voluntário da Contribuinte para reconhecer o direito de incluir no cálculo do benefício o valor do frete constante das notas fiscais de aquisições das mercadorias; incluir nas receitas de exportação o valor correspondente às exportações de produtos NT e atualização pela taxa Selic a partir do protocolo do pedido.

Processo n.º 13807.008195/2001-91
Acórdão n.º 204-03.086

MP - SEGUNDO CONSELHO DE CONTROVÉRSIAS
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 06/08/08

Nancy Batista dos Reis
Nancy Batista dos Reis
Mat. Siape 91806

Fls. 7

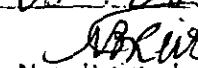
Em razão da decisão supra declinada, opôs, a doura PFN, os presentes embargos, a fim de sanar suposta contradição nos presentes autos.

Por intermédio do Despacho n.º 204.00.121, o ilustre Presidente desta Câmara mandou que os embargos fossem conhecidos e submetidos ao Colegiado.

É o Relatório.

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 06 / 08 / 08


Neicy Batista dos Reis
Mat. Siape 91806

Fls. 8

Voto

Conselheiro LEONARDO SIADE MANZAN, Relator

De início, cumpre ressaltar que não é possível a análise da tempestividade dos presentes Embargos opostos pela douta PFN, pois não há registro de protocolo nos mesmos.

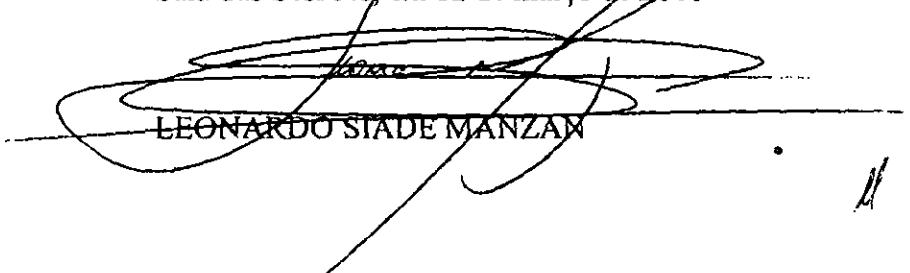
Alega o digno representante da Fazenda Nacional que esta Câmara manifestou-se sobre matéria controversa nos autos, qual seja, a inclusão dos produtos não tributados no cálculo da receita de exportação.

Conforme registrado pela Delegacia de Julgamento, verifica-se que efetivamente houve manifestação do Colegiado sobre matéria não litigiosa, razão pela qual deve-se retirar da decisão ora guerreada a parte referente à inclusão acima mencionada.

Todavia, mais uma vez, cumpre-se frisar que tal alteração não surtirá qualquer efeito prático quando do cálculo do crédito da contribuinte em tela, mesmo porque não foi matéria discutida no julgamento, e por conseguinte, não pode ser considerada quando da execução do acórdão em questão.

CONSIDERANDO os articulados precedentes e tudo o mais que dos autos consta, voto no sentido de acolher os presentes embargos para sanar a contradição apontada pela dourta PFN, isto é, retirar da decisão combatida a parte referente à inclusão dos produtos não tributados no cálculo da receita de exportação da contribuinte.

Sala das Sessões, em 12 de março de 2008


LEONARDO SIA DE MANZAN